

Nesta edição

- Poder legislativo reprovava proposta ampla de reforma ministerial e elege estabilidade econômica como maior desafio para 2008
- Conflitos no Tibete transformam Olimpíadas em tema de segurança nacional
- Programa de fomento ao consumo entra em vigor na China
- “Mudança sísmica: economia dá lugar à política”. Leia a última parte do artigo de Arthur Kroeber, editor-chefe de *China Economic Quarterly*, sobre perspectivas de reformas políticas na China

Curtas

- Indústria brasileira quer prorrogar acordo que limita importação de têxteis da China
- Superávit chinês cai 63% em fevereiro
- Governo chinês prepara “Nasdaq” chinesa para 2008

Congresso Nacional do Povo I

Estabilidade econômica e representatividade política marcam principais debates no Congresso chinês

Em ano de comemoração do trigésimo aniversário do processo de reforma e abertura econômica iniciados por Deng Xiaoping, o Congresso Nacional do Povo (NPC, na sigla em inglês) encerrou reunião anual em março sem avanços significativos ou surpresas. No âmbito socioeconômico, inflação e medidas de contenção ao superaquecimento da economia deram a tônica dos discursos dos principais líderes do país, enquanto a retórica pela consolidação da “sociedade harmoniosa” - incansavelmente reforçada nas duas últimas reuniões do NPC - esteve em segundo plano. Já no âmbito político, disputas entre facções que apóiam ou questionam legitimidade de reformas políticas e econômicas – estas reafirmadas pelas indicações dos novos vice-presidente e vice-premiê – impediram reestruturação ministerial profunda e ampla.

Durante os doze dias em que estiveram em sessão, os quase três mil delegados aprovaram metas e planos de ação para os próximos anos, além de endossarem nova liderança do país (Ver nesta edição “Reforma ministerial deixa a desejar”. p.03). Contudo, apesar de ser o mais importante órgão legislativo da China, a reunião do NPC é na prática apenas período de ratificação de decisões já realizadas anteriormente, sobretudo, durante a reunião do Congresso Nacional do Partido Comunista, realizada anualmente em outubro. Em outras palavras, é o Politburo, e seu comitê permanente, o real formulador de políticas e tomador de decisão.

Diante da maior alta de preços dos últimos onze anos, o discurso do premiê Wen Jiabao não contrariou expectativas e afirmou ser a inflação o maior desafio a ser enfrentado pela China em 2008. De acordo com Wen, a inflação é, majoritariamente, reflexo de crises de produção e abastecimento de alimentos, especulação imobiliária e valorização de *commodities* no mercado internacional. No entanto, completou que a contínua desvalorização do dólar, a crise imobiliária nos Estados Unidos e o conseqüente desequilíbrio global acentuaram a inflação e deverão pressionar ainda mais os preços em 2008.

Leia mais

Macro China 11

O destaque dado à inflação evidencia sua importância para a estabilidade social e política do país. Se de um lado o aumento dos preços de produtos agrícolas traz oportunidade de elevação da renda campesina, de outro, incita descontentamento entre as camadas mais pobres da zona urbana. O resguardo do poder aquisitivo da população torna-se, na prática, questão primordial à manutenção da ordem e parte da retórica de construção de uma “sociedade harmoniosa” ou garantia de “desenvolvimento científico” – que tem como premissas crescimento econômico menos agressivo e irresponsável em favor de maior zelo pelo meio ambiente e amenização de disparidades sociais entre regiões e classes.

A fim de evitar que a inflação se transforme em problema estrutural, o premiê anunciou que a meta anual de crescimento do PIB em 2008 é de 8%, mais uma vez abaixo da maioria das previsões realizadas por especialistas. Por anos consecutivos o governo chinês não tem conseguido conter ritmo de crescimento econômico e atingir metas estipuladas, estas bastante ambiciosas. Em 2007, o PIB chinês registrou crescimento de 11,4%, 3,4 pontos percentuais acima da meta anual proposta. Nesse sentido, é possível esperar também, destacou o premiê, maior controle governamental sobre concessão de crédito, novas elevações nas taxas de juros e aceleração da valorização cambial.

Embora não tenha sido citada com igual veemência ao ano anterior, a temática de desequilíbrio social, e consequentemente o “desenvolvimento científico”, permeou os discursos sobre desafios macroeconômicos. Visando a atenuação desse desequilíbrio o governo manteve em 2007 a tendência de expansão de gastos sociais. Em 2008, serão destinados US\$ 38 bilhões ao sistema de previdência social, valor 20% superior ao registrado em 2007. Já a contribuição dos governos central e local para sistema básico de saúde deve dobrar nos próximos dois anos. Em relação ao sistema educacional, o governo chinês decidiu ampliar o programa de ensino básico gratuito, implementado na zona rural em 2007, para a zona urbana.

Ainda sob a lógica de sustentabilidade do crescimento econômico, o governo chinês anunciou orgulhosamente a redução de consumo de energia por unidade do PIB em 3,27% em 2007. Contudo, o resultado ainda não é suficiente para adequar-se a exigências internacionais ou amenizar crescentes protestos de cidadãos chineses contra as mazelas decorrentes da degradação ambiental. O governo decidiu manter política de restringir investimento estrangeiro em projetos de consumo excessivo de energia e demais recursos naturais ou de grande índice de poluentes.

Democracia socialista – Em ano de Olimpíadas, pouco surpreende a intensificação do debate sobre liberdades civis na China. Presentes em pronunciamentos mais importantes, a necessidade de reformas e “libertação do pensamento” foram aclamadas diversas vezes como meio necessário à busca por soluções aos desafios inerentes ao crescimento acelerado do país. Inclui-se entre esses desafios maior transparência governamental e contenção da insatisfação popular, face ao agravamento das disparidades sociais, via maior participação política.

Alguns oficiais do Partido Comunista têm se aproveitado das comemorações de trinta anos do início das reformas de Deng Xiaoping para incentivar novo ciclo de transformações, dessa vez de cunho político. Tal facção menos conservadora sustenta a premissa de manutenção de monopólio do poder, porém combinada ao fortalecimento da sociedade civil. Em outras palavras, defende-se a instauração de regime democrático de características peculiares, ou “democracia socialista”, cujo controle do processo é elemento crucial para manutenção da ordem e do Partido. De acordo com Wen Jiabao, “será necessário generalizar a democracia popular, aperfeiçoar o sistema democrático, multiplicar as formas e os canais democráticos”. No entanto, faltou a identificação dos meios e definição de prazos.

Ao debate inconclusivo sobre democracia, combinaram-se discussões sobre manutenção da estabilidade política, sobretudo após início de manifestações no Tibete e descoberta do planejamento de atentado terrorista por grupos separatistas da região de Xinjiang, no leste chinês. A antecipação das já aguardadas manifestações, em especial por defensores de direitos humanos, fortaleceram discursos de unidade territorial e serviram de pretexto ideológico para desviar os debates de liberalização política para questões de segurança nacional (*Ver nesta edição “Conflitos no Tibete incitam boicotes às Olimpíadas e desafiam autoridades chinesas”, p.03*). ■

Congresso Nacional do Povo II

Reforma ministerial deixa a desejar

[Leia mais](#)[Carta da China 35](#)

A Primeira Plenária do 11º Congresso Nacional do Povo (NPC, na sigla em inglês) trazia consigo a expectativa da apresentação de um plano de ampla reforma do Conselho de Estado chinês, reestruturando agências reguladoras, comissões e ministérios. A reforma teria por objetivo minimizar a sobreposição e redundância de competências e autoridades, bem como centralizar e coordenar a atuação de órgãos governamentais em favor de maior eficiência na formulação e implementação de diretrizes a nível nacional. Esperava-se que isto implicaria em redução do número de órgãos ministeriais, atualmente em 28, e a criação de “super-ministérios” dedicados a temáticas como saúde, transporte, finanças e seguridade social.

Contrariando expectativas mais otimistas, no entanto, propostas mais ousadas sofreram grande oposição e foram reeditadas, resultando em um plano de reformas relativamente moderado – especialmente se comparado à reforma ministerial promovida ao final dos anos 1990. O caráter moderado do plano aprovado é sintomático da dificuldade encontrada pelo governo central em combater a inércia e os interesses enraizados em órgãos burocráticos que tornam mudanças institucionais especialmente difíceis.

Como era de se esperar, organizações poderosas, como a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), ameaçada de extinção ou severa redução, apresentaram empecilho à aprovação de reestruturação mais ampla e profunda. O resultado é a criação de cinco “super-ministérios” – Ministério da Indústria e da Informação, Ministério de Recursos Humanos e Seguridade Social, Ministério da Proteção Ambiental, Ministério da Habitação e Construção Urbana e Rural e Ministério do Transporte – de superlativo duvidoso que falham em reduzir consideravelmente o poder da NDRC e subsumir algumas agências e ministérios. O plano falha ainda em criar as mais esperadas das pastas, de finanças e energia: essas áreas permanecerão divididas entre autoridades distintas e muitas vezes mal-coordenadas. O quadro ministerial tampouco ficará significativamente mais enxuto. A reforma aprovada reduz o número de 28 para 27.

[Leia mais](#)[Carta da China 32](#)

Outro exemplo do limite do poder de Hu Jintao diz respeito a sua sucessão. O Congresso, ao elevar Xi Jinping ao cargo de vice-presidente e Li Keqiang ao cargo de vice-premiê, confirmou as suspeitas de que Hu não conseguirá indicar seu sucessor e que o governo de quinta geração, que assumirá em 2012, será provavelmente um compromisso entre as duas facções dominantes na política chinesa. Compromisso parece ser, portanto, a palavra-chave para definir os resultados da Primeira Plenária: compromisso entre diferentes facções, burocracias e poderes. Embora isso possa atrasar as reformas políticas reconhecidas como necessárias pela liderança chinesa, é mais provável que o compromisso seja vendido e louvado como conquista de maior “democracia intra-partidária”, outro mote proposto por Hu. ■

Direitos humanos

Conflitos no Tibete incitam boicotes às Olimpíadas e desafiam autoridades chinesas

O primeiro trimestre de 2008 foi marcado por tensões na China. Após passar por graves problemas devido às intensas nevascas que causaram colapso em diferentes setores da economia do país, a China enfrentou no último mês de março mais um problema: protestos contra a dominação chinesa do Tibete. Todos os anos, em 10 de março, monges locais relembram, de forma pacífica, o aniversário do levante de Lhasa, capital da região, que foi responsável pelo exílio de Dalai Lama na Índia, em 1951. Entretanto, as manifestações de 2008 tornaram-se as piores das últimas décadas. O que começou de forma pacífica, prosseguiu de forma violenta.

Inicialmente, receosa sobre os efeitos que a repressão poderia acarretar sobre a comunidade internacional em ano de Olimpíadas, o governo chinês optou por somente observar. Após a intensificação dos protestos, tropas chinesas foram acionadas para combater as manifestações em Lhasa. Contudo, a resistência dos monges e, posteriormente, de alguns estudantes, superou expectativas e culminou em confronto direto. Incêndios e episódios de violência foram registrados em toda a cidade. A situação se agravou ainda mais conforme manifestações se disseminavam em áreas vizinhas. As

províncias de Qinghai e Sichuan, que possuem grandes mosteiros e população tibetana significativa, chegaram a apresentar focos de tumulto. Não houve consenso sobre o número de feridos e mortos devido à escassez de informações concretas. Os dados variam de acordo com a fonte: para civis e monges tibetanos, o número ultrapassa 90, enquanto para o governo chinês o total não chega a 20.

De acordo com autoridades chinesas, o controle dos protestos - classificados como violentos - foi feito de forma prudente sem a utilização de armas letais (teriam sido utilizados apenas gás lacrimogêneo e água). O governo central estipulou prazo - de meia noite de 17 de março - para que os manifestantes se entregassem à polícia local. O não-cumprimento do prazo implicou em prisões de manifestantes nas ruas e em suas residências. Autoridades afirmam que a intenção dos monges era de prejudicar a estabilidade do país e provocar boicote aos Jogos Olímpicos de Pequim, que ocorrerão em agosto.

Segurança ou isolamento? - A segurança no Tibete se torna mais rígida à medida que se aproximam as Olimpíadas. Leis criadas em 2007 para redução das barreiras burocráticas em relação a reportagens sobre o país, antes e durante os jogos, não se aplicam à região. Cerca de vinte *websites*, como o Youtube, foram bloqueados a fim de, especula-se, evitar a divulgação de imagens de conflitos. O Tibete, que já restringia a entrada de jornalistas estrangeiros por ordens do governo chinês, aparenta estar cada vez mais isolado do resto do mundo. Com os protestos, ficou proibida a entrada de estrangeiros no território tibetano, membros ou não da imprensa, e os que já se encontravam lá foram obrigados a partir o mais rápido possível. A mídia oficial não veiculou internamente imagens da repressão aos manifestantes e acusou Dalai Lama de ser o principal mentor das revoltas. Houve propagandas que denominaram o conflito de "Batalha de vida-ou-morte entre nós e os inimigos".

O líder tibetano negou que estivesse envolvido na organização de protestos e afirmou ainda que sua intenção seria apenas a conquista de maior autonomia do Tibete em relação ao governo central, e não sua independência total como muitos manifestantes apoiavam durante os protestos. Além disso, Dalai prega resistência pacífica e recrimina a utilização de violência. O líder ameaçou renunciar caso a violência continuasse.

O controle incisivo dos acontecimentos e da divulgação dos mesmos tem acarretado inúmeras críticas. Há um grande questionamento sobre a verdadeira razão da manutenção de políticas repressivas do governo chinês. Os mais críticos afirmam que se trata de tentativa real de isolamento do Tibete. É verdade que muitos tibetanos vêem as Olimpíadas como oportunidade para mostrar ao mundo o que consideram abusos dos direitos humanos e, para tal, seriam capazes de provocar grandes alvoroços antes ou durante o evento. Contudo, o próprio Dalai Lama considera desnecessário boicote aos Jogos.

A opinião pública internacional acusa o governo chinês de agir de forma exagerada. Grupos de direitos humanos alegam que dissidentes pacíficos foram presos sem razão concreta, violando assim premissa chinesa de consolidação de uma "sociedade harmoniosa". Em relatório divulgado recentemente pela organização *China Human Rights Defenders*, ativistas denunciam o governo central por intimidar e prender cidadãos que relatam questões de desrespeito aos direitos humanos a autoridades nacionais. O total de presos em 2007 por suspeitas de crimes políticos foi o mais alto dos últimos oito anos.

Já era esperado que as organizações internacionais de direitos humanos aproveitariam o momento de fragilidade do governo chinês, em razão da grande exposição internacional dos Jogos Olímpicos, para tornar ainda mais evidente seus protestos. Pode-se esperar o surgimento de novos protestos até agosto, possivelmente excluindo Taiwan que aparentemente intensifica sua aproximação à China continental.

Curiosamente, pouco antes do início dos protestos, os Estados Unidos removeram a China de sua lista de países que mais violam os direitos humanos. No relatório do Departamento de Estado norte-americano de 2007, o governo cita Síria, Uzbequistão e Sudão, mas retira a China da lista de infratores. Apesar disso, o documento denuncia casos de tortura, trabalho escravo e censura à mídia no país. A China fazia parte dos "violadores sistemáticos dos direitos humanos" e agora pertence ao grupo de "países autoritários em (processo de) reforma econômica, que não fizeram reformas políticas". ■

Consumo

Medidas de incentivo ao consumo interno entram em vigor na China

O governo chinês, em sua continuada busca para reduzir sua dependência das exportações e tornar o crescimento de sua economia mais sustentável - menos dependente do setor externo -, intensificou programas de fomento ao consumo interno no país. Tal fator tem obtido cada vez mais importância na composição do PIB chinês, tendo sido em 2007 um dos principais pilares da economia do país junto com investimentos domésticos em ativos fixos e exportações líquidas. Estes últimos, em caso de recessão prolongada da economia norte-americana, podem vir a sofrer impactos negativos (ainda que em diferentes escalas). Dessa forma, logo no início de 2008 pode-se observar que políticas de estímulo ao consumo, sobretudo no interior do país, estão se tornando uma das prioridades das autoridades em Pequim. A iniciativa do governo, contudo, não contempla alimentos e, portanto, problemas relacionados aos elevados preços dos mesmos não serão atenuados com as medidas supracitadas.

O interior chinês compreende aproximadamente 740 milhões de habitantes (cerca de 56% da população do país) e, portanto, aumentar o poder de compra desse contingente torna-se não só importante, como também necessário para manutenção do ritmo de crescimento do país. Em 2007 a renda per capita média nas cidades costeiras chegou a US\$ 1,9 mil (acima de US\$ 3,3 mil em Guangzhou), enquanto no interior do país a mesma correspondeu a US\$ 580. A desigualdade entre as províncias da costa leste e do interior da China é latente e foi considerada uma das prioridades do governo pelo presidente Hu Jintao durante o 17º Congresso Nacional do Partido Comunista. Assim, foram desenvolvidos projetos com objetivo de aumentar a renda per capita de todos os cidadãos chineses, equilibrar as diferenças entre as regiões do país e, com isso, ampliar a participação do consumo interno no PIB chinês.

Na província de Shandong planos de incentivo ao consumo podem ser ilustrados em iniciativas como a devolução, pelo governo, do montante em dinheiro equivalente a 13% dos gastos de quem adquira até dois televisores, dois refrigeradores e dois aparelhos celulares. A idéia geral é fornecer aos consumidores os mesmos benefícios dados aos exportadores de eletrodomésticos e incentivar os fabricantes a dirigir sua produção para consumo interno ao invés de exportar. Além de reinjetar volume expressivo na economia, o desconto concedido aos consumidores foi responsável por aumento das vendas em lojas do setor na província. Ademais, o governo tem buscado aumentar a renda desses cidadãos e reduzir a poupança destinada às emergências médicas, por meio de redução da carga tributária no campo e da construção de um sistema (ainda que rudimentar) de saúde nas áreas rurais, além outras medidas.

O plano de subsídio ao consumo na zona rural é destinado à aquisição de eletrodomésticos, itens bastante almejados pelos cidadãos chineses. Quinze empresas chinesas participam do plano, entre elas Haier, Hinsense e Changhong, famosas fabricantes nacionais de eletrodomésticos. Foi estabelecido um preço máximo para produtos como refrigeradores, telefones celulares e televisores, além de terem sido desenvolvidos modelos especiais para atender aos padrões de exigência do campo, onde ocorrem freqüentes quedas de energia. Os produtos ainda foram adaptados e se tornaram mais simples para atender ao preço máximo estabelecido pelo governo. O projeto garante maior segurança ao consumidor que, agora, pode adquirir produtos de qualidade a baixo custo.

O analista da consultoria *Dragonomics*, Arthur Kroeber, acredita que as medidas servirão apenas para amenizar as disparidades entre as regiões do país, não produzindo impacto significativo no problema ocasionado pelo ainda reduzido consumo chinês. Por outro lado, Qian Wang, economista do JPMorgan em Hong Kong, possui opinião mais otimista e afirma que consumidores, tanto dos centros urbanos como das áreas rurais, estão crescendo e se tornando cada vez mais cruciais à manutenção do crescimento chinês.

Apesar das divergências de opiniões entre especialistas, o projeto de fomento ao consumo, em especial os incentivos aos compradores do interior da China, entrou em vigor em momento oportuno. A inflação do país registrou pico de 8,7% em fevereiro de 2008 e, apesar de especialistas atribuírem o alto valor a fatores sazonais, o IPC deve permanecer elevado em razão, principalmente, dos alimentos. A alta desses preços tem gerado críticas e insatisfação por parte da população, significando sérios riscos políticos aos governantes

em Pequim. A inflação de alimentos caracteriza-se como um dos principais fatores de distúrbio interno na China e pode acarretar perda de controle por parte do governo. A partir dessas medidas de fomento ao consumo, o governo pode amenizar o impacto negativo que a inflação dos alimentos possui na população chinesa e, com isso, manter o controle sobre a delicada situação no país. No entanto, os subsídios ao consumo de eletrodomésticos possuem efeito meramente aparente sobre o poder de consumo no campo e, além de não combaterem a inflação, em médio e longo prazo, podem contribuir para seu agravamento.

As reformas previstas por Hu Jintao que visam à intensificação do consumo doméstico, por meio do desenvolvimento do poder de compra da população, sobretudo, do interior do país, encaixa-se em um projeto que almeja muito mais que a inclusão do consumo entre os pilares da economia chinesa. Este é um projeto de longo prazo, cujos resultados (positivos ou negativos) serão sentidos em alguns anos e, portanto, deverão ter impacto tímido em caso de recessão nos Estados Unidos e crise econômica mundial. O efeito imediato das medidas será possivelmente uma redução da pressão exercida sobre o governo em razão da alta nos preços dos alimentos e, conseqüentemente, manutenção da estabilidade política na China. ■



Mudança sísmica: economia dá lugar à política - Parte II

Artur Kroeber ¹

Em resumo, o programa de reformas econômicas lançado por Deng Xiaoping em 1978 e perpetuado por seus sucessores tem sido muito bem sucedido: a China tem crescido aproximadamente 10% ao ano nas últimas três décadas, os fundamentos da demanda doméstica estão mais fortes e a volatilidade menor do que em qualquer momento dos últimos trinta anos. Pequim arquitetou uma economia que funciona de forma muito superior à economia planificada dos anos 1970, mas garantiu também o controle do Estado sobre ampla gama de elementos-chave da economia. Conseguiu também dirimir potenciais fontes de desafio político de tal modo que a hegemonia do Partido Comunista da China (PCC) é hoje mais segura do que em qualquer momento desde a década de 1970. Não é exagero afirmar que a reestruturação da antiga economia planificada está completa. A era na qual a prioridade seria a reforma estrutural econômica se encerrou.

Nos próximos dez a vinte anos, a prioridade não será econômica, mas política. Como muitos observadores têm indicado, o sistema de governança chinês não é plenamente capaz de administrar uma economia capitalista dinâmica, com grupos de interesses cada vez mais diversificados. A liderança chinesa concorda com o diagnóstico, porém discorda quanto à cura. Enquanto ocidentais prescrevem pesadas doses de democracia, Pequim acredita que ganho de eficiência em administração e governança será suficiente. Disto se segue a terceira fase do regime comunista, a era da reforma de governança.²

O programa econômico de Deng se concentrava pragmaticamente na *substância* de uma economia de mercado preços e competição e se recusava a ficar preso a questões de *forma* pelas quais estrangeiros ficavam obcecados (propriedade privada de recursos econômicos). Da mesma forma, a reforma de governança enfatizará a substância (um governo mais responsivo, eficiente e menos corrupto) ao invés da forma (eleições democráticas). O objetivo da reforma econômica chinesa era simplesmente criar uma economia que funcionasse de maneira mais eficiente enquanto preservavam-se os papéis do Estado e do Partido. Similarmente, o objetivo da reforma de governança é criar sistema político que opere melhor, preservando os papéis do Estado e do PCC.

¹ Arthur Kroeber é editor-chefe da China Economic Quarterly e diretor da Dragonomics Research.

² Datar o início dessa nova era é complicado. É possível começar em 2003, quando Hu Jintao ascendeu ao poder e começou a se referir a uma "sociedade harmoniosa". Preferimos 2007, em parte porque a última grande reforma estrutural do setor bancário não se completou até a listagem do ICBC em 2006, e porque apenas recentemente Hu conseguiu alocar seus aliados em cargos centrais e provinciais a ponto de conseguir implementar seu programa efetivamente. Simetria também está a favor de 2007: a era da economia planificada durou 29 anos, de 1949 a 1978, e a era das reformas econômicas durou exatamente o mesmo, até 2007.

Críticos que argumentavam que reformas econômicas levariam inevitavelmente à erosão do poder do Estado e do PCC estão, em grande medida, mais fortes hoje do que há 10 ou 20 anos. Da mesma forma, acreditamos que proponentes da idéia de que reforma política sem democracia está fadada ao fracasso também serão refutados, ao menos por algum tempo. Apostamos que até 2020 a China possuirá essencialmente mesmo sistema político hodierno, porém com governo dotado de recursos provendo saúde, educação e proteção ambiental em padrões muito mais elevados do que os de hoje, com maior profissionalismo e competência na administração pública e possivelmente (e aqui estamos forçando um pouco) até mesmo menos corrupção. A principal consequência econômica dessa evolução será a elevação geral dos custos de capital e transação.

Dados os limites da paciência do leitor, que já foi severamente testada, ofereceremos apenas breves delineamentos de como a reforma política deverá proceder, seguidos de alguns comentários sobre as mais egrégias formas de não-entendimento do programa. Isto será feito a partir da decodificação dos três principais slogans propagados pelo presidente Hu Jintao: “sociedade harmoniosa” (*hexie shehui*), “conceito científico de desenvolvimento” (*kexue fazhan guan*) e “democracia intra-partidária” (*dangnei minzhu*).

Obrigações harmoniosas - Sociedade harmoniosa é uma formulação engenhosa que abrange algumas idéias. A idéia central é a de que o estado ideal da sociedade é o de cooperação e não de competição ou conflito. De certa forma isso está de acordo com noções tradicionais confucianas de Estado, sociedade e a relação entre indivíduos e instituições. Claramente implica que o Estado possui a obrigação de cuidar de sua população e, portanto, oferece importante mecanismo ideológico para a regulação do comportamento de servidores públicos.

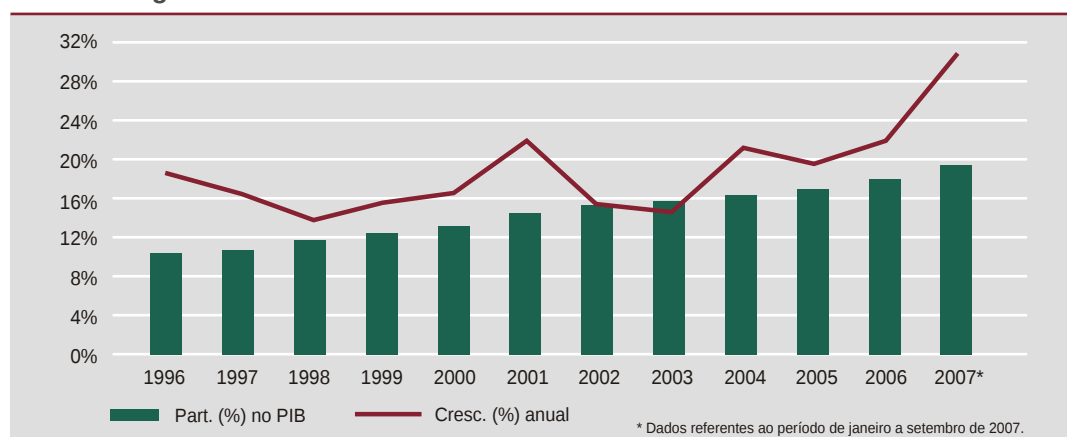
A retidão comunista – resumida pelo slogan maoísta “sirva o povo” – se provou falida; logo, será substituída agora pela retidão neo-confuciana cujo mantra é “cuide do povo”. A consequência concreta disto é que servidores públicos que não puderem comprovar que têm cuidado de seus súditos de alguma forma específica provavelmente não serão promovidos.

Correspondentemente, indivíduos têm a obrigação de não incomodar a harmonia da sociedade, por exemplo, fomentando desafios políticos à elite dominante. Em essência, o que o lema da sociedade harmoniosa busca é a substituição do pacto social frágil da era pós-Tiananmen – enriqueça e fique quieto – por contrato social mais durável no qual o governo promete sociedade bem ordenada com crescente qualidade de vida; melhores serviços de saúde, educação e bem-estar social; e mais responsividade às insatisfações, em troca de obediência política.

O aspecto talvez mais importante do conceito de sociedade harmoniosa é sua ênfase em *obrigações* e *responsabilidades* e omissão de referências aos *direitos*. Ao contrário do Ocidente, o léxico político chinês não é bem desenvolvido no que diz respeito a direitos. É razoavelmente seguro afirmar que o PCC tentará isso assim. Se o governo dispuser dos recursos fiscais para prover serviços sociais incrementalmente melhores – e claramente dispõe (Figura 1) – e de mecanismos para garantir que, no geral, funcionários públicos desempenhem suas funções mais do que enchem seus próprios bolsos, é bem provável que esse novo pacto social dure pelos próximos quinze anos.

Figura 1

Receita do governo



Ciência e sociedade – O “conceito científico de desenvolvimento” é essencialmente a frase chinesa para o que o Ocidente chamaria de “desenvolvimento sustentável”. Nela contém implícito o reconhecimento de que o modelo de crescimento econômico da era das reformas, que dependia de baixos custos de capital e transação, não pode continuar indefinidamente devido ao desgaste imposto ao meio ambiente, os crescentes custos de recursos e os custos ocultos ao sistema bancário estatal que financiou esse crescimento de forma facilitada.

Acreditamos que um dos aspectos mais mal-compreendidos da política chinesa é a extensão à qual a vontade política nos níveis mais altos tem se voltado não apenas às consequências domésticas do problema ambiental, mas também à contribuição chinesa ao problema global da mudança climática. Devem-se ignorar as histórias sobre a pouca efetividade da Administração Estatal de Proteção Ambiental (SEPA, na sigla em inglês), apesar de serem verídicas. A história mais importante é sobre como, já no início de 2007, quatro dos cinco vice-comissários da poderosa Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) tinham eficiência energética e meio ambiente como foco. Um destes, Xia Zhenhua, é ex-Ministro do Meio Ambiente e permanece em seu cargo enquanto alguns dos outros vice-comissários foram realocados para outras funções. A reestruturação ministerial, a ser divulgada em março, quase certamente vislumbrará a criação de um ministério para a energia, que supervisionará tanto produção quanto conservação, elevando em status e concedendo mais recursos à agência ambiental.

O ponto central é que assuntos de meio ambiente e eficiência energética – que políticos chineses vêem como dois lados da mesma moeda – saíram da periferia para o centro do processo de política econômica. Ademais, as soluções de tais problemas têm mais a ver com governança do que administração econômica, uma vez que soluções efetivas dependem da criação de sistemas amplos de fiscalização a nível local. Essa é mudança importante que pressionará, no longo prazo, por aumentos nos custos de capital para a indústria. Não argumentamos, todavia, que enormes problemas ambientais chineses serão fáceis de solucionar. Muito há de ser feito para criar mecanismos eficazes de implementação de políticas ambientais e energéticas, sendo esse trabalho de décadas.

Democracia chinesa - Por fim, “democracia intra-partidária”. Esta certamente foge à qualquer definição não-chinesa do termo democracia. A idéia abrange, no entanto, leque de medidas objetivando:

- Trazer maior competência profissional aos servidores públicos em todos os níveis.
- Melhorar os fluxos de informação dentre setores do governo para que estes possam mais rapidamente identificar e responder a problemas.
- Reduzir a corrupção.

Os principais mecanismos a serem utilizados para tal (todos os quais já começaram a ser aplicados com maior rigor) são:

- Sucessão estável da liderança nos níveis mais altos do poder, sendo esta determinada por consenso ao invés de indicação do líder retirante.
- Processos de decisão mais consensuais em todos os níveis.
- Regras e normas que estabeleçam limites de idade e de termo de mandato, evitem que uma pessoa exerça cargo público em sua província local e estabeleça rodízio entre províncias, com intuito de limitar a corrupção e o crescimento de elites locais predatórias.
- Maior profissionalização da burocracia por meio de programas domésticos e internacionais de treinamento.

Hu não é importante - Um último ponto deve ser apresentado. A elucidação de nosso argumento foi construída sobre slogans cunhados durante o mandato de Hu Jintao, no entanto, não acreditamos que a mudança do programa de reforma econômica para reforma política tenha sido arquitetada apenas por Hu. Pelo contrário, seus slogans apenas codificam e buscam consolidar consenso que emergiu entre a elite partidária ao longo de

muitos anos. Hu não é um gênio político criativo como Deng Xiaoping, trata-se de um tecnocrata esperto, porém cauteloso, que opera em ambiente no qual o espaço de manobra para um líder individual é muito mais limitado por normas e procedimentos do Partido do que na época de Deng. A mudança de foco para governança, portanto, prescinde da autoridade e carisma de Hu. Quando ele se aposentar de todos ou quase todos seus cargos políticos, como prevemos que aconteça em 2013, provavelmente haverá pouca alteração do consenso vigente.

A única influência de Hu deriva do sistema de pessoal, sobre o qual exerce autoridade considerável. Neste, sua marca pessoal é rapidamente reconhecida. Há menos de uma década, virtualmente todos os membros do Politburo – órgão composto por aproximadamente 25 pessoas e núcleo do poder em Pequim – possuíam treinamento em engenharia; a grande maioria dos líderes provinciais também era de engenheiros. Dos dez novos membros promovidos ao Politburo em outubro de 2007, apenas dois possuem diploma em engenharia. Dos quase 25 líderes provinciais (governadores e secretários do Partido) indicados por Hu Jintao ao longo dos últimos cinco anos, apenas um possui formação em engenharia. Os indicados por Hu têm diversos perfis educacionais, em economia, história, direito e política. Ademais, nomeações recentes deixam claro que não é mais possível ascender ao cume do sistema político chinês – o Comitê Permanente do Politburo que é formado por nove membros – da mesma forma como ascendeu o próprio Hu Jintao: passando praticamente sua carreira inteira circulando nos corredores do poder em Pequim. Para ascender ao topo é necessário demonstrar competência administrativa e política em cargos a nível provincial.

A mensagem é clara: para avançar dentro da burocracia chinesa hoje, é mais valiosa a perícia na política do que na construção. Isso sinaliza que as grandes tarefas nos próximos dez ou vinte anos serão essencialmente políticas e não econômicas.

Lista de afazeres e o círculo de fogo – Os leitores que nos acompanharam até aqui provavelmente terão objeções quanto a nossa linha de raciocínio. Responderemos aqui algumas das objeções manifestadas quando da apresentação informal dessas idéias ao longo dos últimos meses.

1ª Objeção: É claro que o governo central tem esses planos de melhorar a governança, proteger o meio ambiente, reduzir a corrupção etc., mas não é capaz de fazer os governos locais se comportarem de acordo com essas diretrizes.

A idéia de que o governo central “não tem controle” sobre as atividades dos governos locais é um dos mais comuns e – sentimos em dizer – mais tolos chavões sobre a China. É certo que governos locais desfrutam de grande autonomia e que o grande peso dos incentivos econômicos aos políticos locais os tornam propensos a ignorar esforços de Pequim em fazê-los atentar a outros objetivos. Porém, se é verdade que Pequim “não tem controle” sobre os governos locais, como explicar a existência de apenas um partido político ao invés de cinquenta? Claramente, quando algo é suficientemente importante, o governo central é perfeitamente capaz de impor sua vontade. Duas metáforas ilustram a relação entre governo central e local na China: a lista de afazeres e o círculo de fogo. Imagine que o governo central enumere 100 afazeres. Se tentasse impor a governos locais sua vontade referente aos 100 itens da lista falharia em todos eles, uma vez que seus recursos estariam distribuídos de maneira muito esparsa. Logo, ao contrário, em 97 dos itens o governo central se contenta com declarações retóricas em plena consciência de que os governos locais aquiescerão seletivamente, quanto tanto. No entanto, no que diz respeito aos três itens ao topo da lista, que realmente importam, a pressão sobre governos locais é inescrupulosa e as penalidades são severas. Em anos recentes, itens prioritários nos quais o governo central tem sido bem sucedido incluem a reforma do sistema financeiro, campanhas contra doenças epidêmicas – como AIDS e tuberculose – e o ataque à expropriação de terras rurais por cidades e vilarejos. Cremos, por exemplo, que meio ambiente e eficiência energética figuram no topo da lista e o progresso nessas frentes será significativo, ainda que em mais longo prazo.

Para entender o grau de autonomia das autoridades locais, imagine que eles vivem em um círculo de fogo encoberto por neblina. Enquanto se mantiverem dentro do círculo podem fazer praticamente tudo que desejarem. Mas se tocarem o círculo de fogo são instantaneamente incinerados. O problema é que a neblina os impede de ver com precisão onde o círculo está. A maioria das autoridades cuidadosas evita perigos e não se aventura muito longe neblina adentro – prudentemente obedecem às diretrizes centrais. Os mais

aventureiros testam sua liberdade e passeiam pela neblina e aqueles com sorte saem impunes. Todo ano, porém, um bom número é carbonizado para lembrar a todos os outros dos altos custos de equívocos. O mecanismo não é preciso, mas limita seriamente a autonomia dos governantes locais.

2ª Objeção: É verdade que a era de reforma econômica na China teve fim – mas o que vemos é um retorno ao socialismo! Em todos os lugares Pequim desfaz reformas pró-mercado e reverte a seu passado socialista, quer seja o “novo campo socialista”, o controle de preços para lutar contra a inflação ou a onerosa nova lei trabalhista.

Toda vez que ouvimos alguém expressar horror sobre o emprego de medidas “não-de-mercado” para combater algum problema, entramos em alerta. Como explicamos no início desse artigo, o propósito da reforma econômica chinesa nunca foi criar um paraíso de livre-mercado Anglo-Saxão. A meta era a criação de uma economia mista com altas taxas de crescimento e considerável grau de envolvimento estatal. E, contra o fundamentalismo do livre mercado, alto grau de envolvimento estatal é perfeitamente compatível com altas taxas de crescimento econômico, quando a economia em questão é de baixa ou média renda e a maior parte do crescimento é gerado por processos brutos que consistem em deslocar mão-de-obra da agricultura para a indústria e pela construção de casas, infraestrutura e indústrias de base. Em vinte anos, quando esses processos tiverem seu fim, a China precisará de um novo modelo de crescimento, mas até lá o modelo atual serve muito bem.

E sem entrar muito nos detalhes das medidas “socialistas” específicas mencionadas, devemos apenas comentar que na China (como em qualquer outro lugar) todas as medidas de governo têm um componente substantivo e um componente político. Na China, com muita frequência o componente político é muito grande e o componente substantivo próximo a nulo. Em outros casos, o componente substantivo é diferente do que sugere o slogan aplicado à medida. Pessoas que confiam nas manchetes da Bloomberg frequentemente não compreendem a proporção política/substância ou falham em entender o significado substantivo de uma medida subjacente a seu opaco e enganoso slogan.

Um exemplo recente de uma alta proporção de política por substância são os tão falados “controles de preços” que Pequim supostamente impôs para conter a inflação. É verdade que Pequim (como virtualmente todos os outros governos do mundo) interfere em preços de energia. Porém seu controle sobre a maioria dos outros preços é quase zero. Anunciar “controle de preços” é simplesmente uma retórica política que visa reduzir expectativas inflacionárias ao assegurar à população de que o governo está tomando conta da situação.

Um bom exemplo de slogan enganoso é o “novo campo socialista”. Essa política soa ameaçadora, mas em realidade possui um significado muito específico: o governo não está disposto a contemplar a propriedade privada das terras rurais e governos locais que expropriarem terras agrícolas para construção devem compensar seus ocupantes de forma justa. Existe, no entanto, uma infra-estrutura legal que permite que fazendeiros comprem, vendam e aluguem os direitos de uso a suas terras, coisa que fazem com gosto.

3ª Objeção: O dramático crescimento chinês tem gerado enormes problemas fundamentais e medidas incrementais serão suficientes para resolvê-los.

Em todo o tempo que o autor tem visitado a China (23 anos), um coro de vozes tem dito algo como: “O progresso dos últimos dez anos tem sido impressionante, mas os problemas dos próximos 10 anos serão ainda mais difíceis e não poderão ser resolvidos salvo uma mudança fundamental da estrutura política ou econômica”. E nos últimos 23 anos o coro foi refutado. Quanto de experiência é necessário para que essa formulação inane seja extinta como merece?

Infelizmente, é sempre possível para fundamentalistas de várias estirpes ganhar projeção declarando com confiança que problemas complexos podem ser resolvidos com varinhas mágicas chamadas “mercados” ou “democracia”. Políticos chineses ignoram os feiticeiros e mantêm a formula pragmática: quando algo funciona fazem mais daquilo, quando não funciona param de fazê-lo. Isso pede em larga medida por incrementalismo, mas ocasionalmente medidas mais drásticas são tomadas. Três exemplos recentes de grandes políticas que não funcionavam e foram, portanto, abandonadas são: o antigo sistema de

empresas estatais, que em 1998 começou a ser desmantelado em favor do novo sistema de empresas estatais (State Owned Enterprises - SOEs); residências distribuídas pelos empregadores (encerrado em 2000 em favor do mercado imobiliário comercial); e o até então sagrado vínculo do yuan ao dólar, descartado em 2005.

O mais importante é que grande número de medidas incrementais em muitas frentes pode, durante período suficientemente longo, gerar mudanças fundamentais. Quinze anos atrás, a maioria da população urbana chinesa tinha seu emprego determinado pelo Estado logo após o término da formação escolar, trabalhava para o Estado, sua residência era fornecida pelo Estado e não possuía propriedade. Hoje, a maioria dos chineses nas cidades encontra seu próprio emprego, trabalha no setor privado e possui propriedade. A única coisa que não mudou é o monopólio do poder político pelo PCC. No entanto, o Partido também mudou: quinze anos atrás, o poder supremo era concentrado em um grupo secreto de líderes revolucionários de 80 anos de idade que não tinham títulos formais, mas diziam aos portadores de títulos o que fazer. Desde então, ocorreram duas transições pacíficas na liderança: líderes são obrigados a se aposentar aos 70 anos e perdem praticamente toda sua influência política, uma vez que se aposentam; e a nenhum líder é permitida a indicação de seu próprio sucessor. Essas mudanças podem não ser “fundamentais” o suficiente para alguns, mas são certamente mudanças significativas. Qualquer um que apostar contra tais mudanças significativas na estrutura e no estilo da governança chinesa ao longo dos próximos 15 anos estará apostando com uma péssima mão e faria melhor em abandoná-la. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 13.02.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Curtas

Protecionismo

Indústria têxtil brasileira quer prolongar medidas protecionistas do setor

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) deseja prolongar o período do acordo de restrição voluntária de exportação, que termina em dezembro de 2008. Além de estender o prazo, o setor pretende ampliar o acordo para incluir novas categorias de produtos entre as oito existentes, que totalizam 70 tipos diferentes de produtos e equivalem a 60% das importações do setor. Ademais, defende a implementação de sistema de monitoramento do fluxo comercial semelhante ao acertado recentemente entre União Européia e China.

Estabelecido em 2006, o acordo bilateral assinado pelos dois países tem amparo legal na Organização Mundial do Comércio (OMC) e aplica limites às vendas de artigos têxteis chineses por meio de quotas de exportação.

Macroeconomia

Crescimento econômico chinês apresenta sinais de desaceleração

A economia chinesa deverá reduzir seu ritmo de expansão ainda no primeiro trimestre de 2008, registrando crescimento de 10,5%, 0,6 p.p. a menos que no mesmo período de 2007. O superávit comercial de fevereiro foi de US\$ 8,56 bilhões, valor 63% inferior ao observado no mesmo mês de 2007 e também significativamente inferior aos US\$ 19,49 bilhões registrados em janeiro de 2008. O resultado pode ser atribuído: (i) à redução do ritmo de crescimento das exportações, decorrente da limitação dos incentivos a vendas para o exterior de produtos inflacionados no mercado doméstico e dos graves problemas na distribuição de produtos em razão das nevascas ocorridas em fevereiro; e (ii) provavelmente em razão da contração das demandas norte-americana e européia por produtos chineses. A redução do superávit também teve como causa o aumento

significativo das importações, que totalizaram US\$ 78,81 bilhões em fevereiro de 2008, valor 35,1% superior ao observado no mesmo período de 2007. A alta dos preços do petróleo e das *commodities* em geral contribuíram significativamente para esse aumento.

Em fevereiro, a inflação foi novamente recorde e registrou aumento de 8,7%, em relação ao mesmo mês de 2006. O inverno excessivamente rigoroso acentuou tendência de alta de preços, já sinalizada ao início do segundo semestre de 2007, provocando aumento nas tarifas de transporte e redução da oferta de produtos.

Leia mais

Carta da China 35

Defesa comercial

União Européia aplica medida *anti-dumping* sobre compressores de ar chineses

O bloco europeu decidiu, após votação dos Estados-membros, aplicar tarifas *anti-dumping* a compressores de ar importados da China. A sobretaxa busca proteger os produtores domésticos dos baixos preços dos bens chineses, que chegam a custar 75% menos que os valores normais do mercado. A medida valerá por dois anos. A decisão da Comissão Européia contrariou o discurso de Peter Mandelson, comissário de comércio exterior do bloco, que defende a não-utilização das tarifas e alega que impactos nos consumidores seriam maiores que o lucro dos produtores domésticos. Apesar da posição contrária de Mandelson, prevaleceu o apoio às medidas de países como Itália, preocupada com sua participação (de, atualmente, 8%) nas vendas mundiais do produto, França e Alemanha.

Mercado financeiro I

"Nasdaq" chinesa será inaugurada em 2008

As autoridades financeiras chinesas preparam o lançamento, ainda em 2008, de um equivalente à bolsa Nasdaq, que servirá como fonte de financiamento a novos e inovadores empreendimentos, especialmente os de pequeno porte. A nova bolsa ajudará a desafogar o ineficiente sistema bancário chinês e será configurada particularmente para atender a necessidades específicas de tais empresas, como sua natureza de alto risco.

Fusões e aquisições

China avança estratégia de aquisições

A estatal Sinopec foi responsável pela primeira aquisição chinesa no setor de petróleo australiano, ao comprar 60% dos ativos da AED Oil no Mar do Timor, em março. Ao mesmo tempo, a estatal do setor siderúrgico, Sinosteel, tem reiterado propostas ousadas de compra da mineradora australiana Midwest. Ambas se inserem no impulso cada vez mais evidente de aquisição de controle sobre recursos naturais nas imediações chinesas.

Enquanto isso, no início de março o Conselho de Estado criou comitê para supervisionar operações estrangeiras de fusão e aquisição em território chinês. Tais operações trouxeram mais de US\$ 10 bilhões à economia chinesa em 2007.

Mercado financeiro II

Governo chinês intervém para evitar queda maior em bolsas nacionais

Após série histórica de quedas nas bolsas de Xangai e Shenzhen, o Ministério das Finanças e a Administração Estatal de Taxação anunciaram suspensão do imposto de renda corporativa sobre operações de títulos mobiliários. A medida, de maior impacto sobre fundos mútuos, demonstra a disposição do governo para manipular o mercado acionário seja para desacelerá-lo, seja para evitar queda drástica.

OMC

Países contestarão na OMC controle de notícias financeiras pela mídia chinesa

Estados Unidos e União Européia demonstraram interesse em iniciar procedimentos na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a tentativa da China de submeter à agência de notícias estatal Xinhua informações financeiras do país a serem publicadas por agências

internacionais. A legislação, adotada pelo governo chinês em 2006, contraria compromisso firmado no ingresso da China na OMC. De acordo com os reclamantes, o controle dessas notícias poderá causar inúmeros riscos aos investidores estrangeiros, uma vez que esses ficariam à mercê de manipulação do mercado, contabilidade errada de dados, fraudes e expropriações do governo.

Até então, a agência Xinhua, principal instrumento de propaganda do país, esquivou-se de aplicar as leis sob grandes agências – como Reuters, Dow Jones e Bloomberg. No entanto, detém controle total de notícias publicadas por veículos estrangeiros aos consumidores locais, o que ainda não é objeto de contestação.

Investimento estrangeiro

China recebeu mais US\$ 2 trilhões em investimentos em três décadas

Desde 1978, ano em que marca o início das reformas de Deng Xiaoping, a China acumulou US\$ 2 trilhões em investimento estrangeiro, segundo a Administração Estatal de Indústria e Comércio (SAIC, na sigla em inglês). A maior parcela de empresas estrangeiras que ingressam no país desde então concentram suas atividades nos setores manufatureiro e de vendas em atacado e varejo. Por outro lado, nos setores em que o país busca reestruturação, como siderurgia e cimento, não foram autorizados projetos de investimento desde 2005. A principal fonte de investimentos permanece sendo o próprio continente asiático, que responde pela grande maioria das empresas estrangeiras com investimento no país.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Dani Nedal e Ana Luiza do Carmo

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design